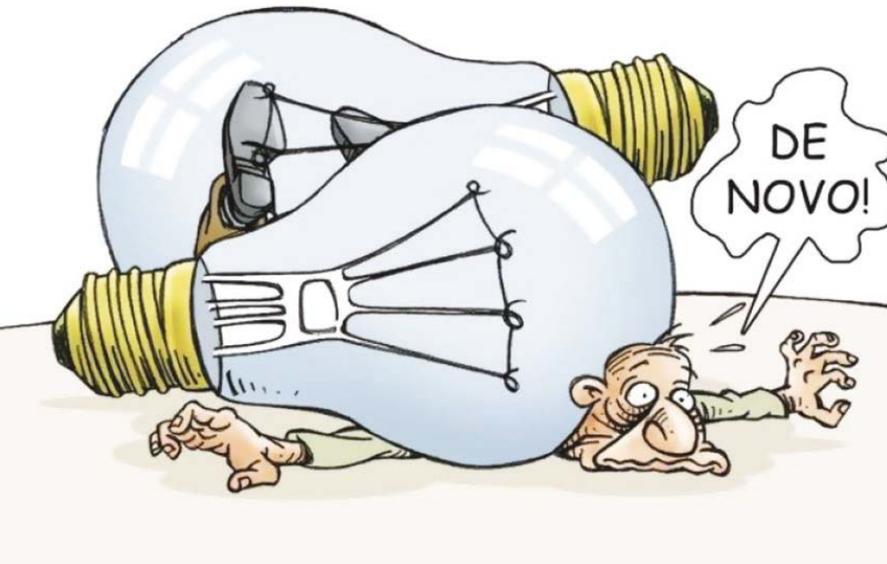


SALDOS DO GOLPE

LUZ MAIS CARA EM SÃO PAULO

AUMENTO NA CONTA DE LUZ



A QUARTA-FEIRA (4) amanhece com uma péssima notícia para a população do estado de São Paulo: a luz ficará bem mais cara a partir de hoje. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), subordinada aos interesses do capital, autorizou a Eletropaulo a promover um aumento médio de 15,84% em suas tarifas. É mais uma facada nas costas do povo. O índice contrasta com os reajustes risíveis dos salários e a queda de 0,6% na renda dos trabalhadores captada pelo Banco Central no último trimestre encerrado em maio. A inflação nos preços da energia – substancialmente superior ao IPCA acumulado nos 12 meses concluídos em junho, de 2,8% – é um subproduto da privatização do setor, que já ocorreu em São Paulo e o governo ilegítimo de Temer pretende realizar no plano nacional, entregando a Eletrobras ao capital estrangeiro contra a vontade dos trabalhadores e do povo. A luz é um bem essencial cuja distribuição e tarifas não devem ser subordinadas à ganância ilimitada das multinacionais.

▶ PETROBRAS

PRIVATIZAÇÃO SUSPensa



estatais sem o prévio aval do Congresso Nacional. O fato foi comemorado como uma vitória pelos sindicalistas que ingressaram na Justiça contra a política entreguista do governo ilegítimo presidido por Michel Temer, rejeitado por mais de 90% dos brasileiros e brasileiras.

O enfraquecimento da Petrobras satisfaz os desejos do capital estrangeiro, mas não interessa ao povo brasileiro e é considerado pelos defensores da estatal como um atentado contra a soberania nacional, opinião que parece ter sensibilizado o ministro Lewandowski.

A Petrobras decidiu suspender a privatização de refinarias depois que o ministro Ricardo Lewandowski, do STF, proibiu o governo federal de vender as

O PETRÓLEO SERÁ DELES?



Entrega dos campos de pré-sal a estrangeiros volta à pauta da Câmara

PORTAL CTB

imprensa@portalctb.org.br

O PLENÁRIO da Câmara

ra dos Deputados retomou nesta terça (3) a votação do PL 8.939/17, que permite à Petrobras a comercialização de até 70% de seus direitos de exploração de petróleo do pré-sal na área cedida onerosamente pela União.

O texto-base foi aprovado, no dia 20, na forma do substitutivo do deputado Fernando Coelho Filho (DEM-PE), e define ainda critérios para a revisão do contrato de cessão onerosa entre a União e a Petrobras.

Os deputados precisam votar os últimos destaques apresentados ao texto, de autoria do deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA). Entre os destaques, um do PSB pretende manter na lei o caráter intransferível da cessão onerosa, ou seja, impedir que as condições vantajosas do contrato sejam "terceirizadas" para as empresas que adquirirem os bens.

LEI DA MORDAÇA



UMA Comissão Especial da Câmara dos Deputados pode votar nesta quarta-feira (4) a proposta que cria o programa Escola sem Partido. O projeto altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) para afastar a possibilidade de oferta de disciplinas com conteúdo de "gênero" ou "orientação sexual" em escolas de todo o país. Alvo de inúmeras críticas, a proposta é conhecida entre os professores como a Lei da Mordaza e faz parte da ofensiva conservadora do governo golpista na área da Educação.



MANUELA DEFENDE REDUÇÃO DA JORNADA

DURANTE entrevista ao programa Band Eleições, a pré-candidata à Presidência pelo PCdoB, Manuela D'Ávila, defendeu a redução da jornada de trabalho como um meio de combater o desemprego e propiciar à classe trabalhadora brasileira mais tempo livre para o estudo, a cultura, o lazer, o convívio social. "O Brasil, na minha opinião, é um país pronto para reduzir a jornada de trabalho. Nós não precisamos manter uma

jornada de trabalho de 44 horas semanais", afirmou.

A redução da jornada de trabalho é uma bandeira histórica do movimento sindical no Brasil, que por sinal tem uma das jornadas mais longas e extenuantes do mundo. O Dieese estima que a redução da jornada máxima para 40 horas semanais tem o potencial de criar pelo menos 2 milhões de postos de trabalho se o volume de horas extras não subir.

TOQUE DE CLASSE

O pensamento único na Globo

As Organizações Globo, que hoje constituem o maior e mais nocivo monopólio das comunicações do Brasil, divulgaram no último domingo (1) uma carta assinada pelo presidente do grupo, João Roberto Marinho, que estabelece as normas para o comportamento dos jornalistas globais na rede de comunicação. O documento fala em nome do bom jornalismo e do compromisso com a objetividade dos fatos, mas mal consegue disfarçar a intenção de manter seus empregados sob o tacão de ferro da censura.

O monopólio da família mais rica do Brasil avisa que não é proibido emitir opiniões nas redes sociais, desde que não estejam em desacordo com o pensamento do patrão, que como é do conhecimento geral apoiou o golpe de 2016 e respalda fervorosamente a agenda reacionária e entreguista que vem sendo imposta à nação pelo governo ilegítimo. A orientação é considerada uma reação ao áudio produzido pelo âncora Chico Pinheiro em que lamenta a prisão injusta do ex-presidente Lula e critica o juiz Sergio Moro. A iniciativa teve ampla repercussão nas redes sociais e provocou calafrios nos chefes.

Doravante funcionários da emissora e dos demais veículos do grupo estão proibidos de expressar opiniões ideológicas e políticas diferenciadas (em relação às emitidas pelos calunistas da Globo). O episódio revela a farsa e o cinismo do discurso da mídia golpista quando se apresenta como guardião da liberdade de expressão e de imprensa, que por definição exige respeito à pluralidade de opiniões. Na Globo vale o pensamento único da família Marinho, extremamente conservador, antinacional, golpista e antipopular. A pena para os dissidentes é a demissão sumária.

Umberto Martins é jornalista, escritor e assessor político da CTB.

